



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

Handwritten signature and initials

05/2017

**CONTRATO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM INTERIOR E
EXTERIOR DE EQUIPAMENTOS TIPO “MOLOK” NO
MUNICÍPIO DE LOULÉ, PELO VALOR GLOBAL DE
89.606,40€, SEM IVA INCLUÍDO**

Aos doze dias do mês de janeiro do ano 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o acto, nos termos legais e a **ECOAMBIENTE – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A.**, com sede em Parque Industrial Abrunheira, Quinta do Lavi, Edf. 2, em Sintra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 502877472, com o capital social de 700.400,00€ representada por **FRANCISCO JORGE DE JESUS DAMAS**, portador do cartão de cidadão número 10647332-8ZY4, emitido pela República Portuguesa e válido até 30 de janeiro de 2019, contribuinte número 210558903, o qual outorga na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da empresa, com poderes para o acto conforme consta da certidão permanente e acta número 76 de 9 de agosto de 2016 do conselho de administração, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Presidente de **30 de dezembro de 2016**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da Republica número 219, II Série de 15 de novembro de 2016, foi adjudicado à firma **ECOAMBIENTE – CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, S.A.**, o contrato de “SERVIÇOS DE LAVAGEM INTERIOR E EXTERIOR DE EQUIPAMENTOS TIPO “MOLOK” NO MUNICÍPIO DE LOULÉ”, pelo valor global de 89.606,40€ (oitenta e nove mil seiscientos e seis euros e quarenta cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

2

[Handwritten signature and initials]

patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.20.09**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.ºs **10344** e os LCPA n.ºs **2740** e **3266**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objecto do contrato consiste na prestação de serviços de lavagem e desinfeção no interior e exterior de equipamentos de deposição de resíduos sólidos urbanos, semi-enterrados tipo "Molok" no concelho de Loulé, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do caderno de encargos e na proposta do adjudicatário que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: O contrato inicia-se na data da sua assinatura e vigora até 29 de dezembro de 2017, inclusive, correspondendo a cerca de 260 jornadas de trabalho. Caso até final do ano de 2017 não se extingam as quantidades previstas de jornadas de trabalho, o contrato caducará automaticamente;-----

QUARTA: A prestação de serviços terá lugar de acordo com o estabelecido na parte II do presente caderno de encargos e no planeamento de serviços previsto, ou de acordo com as solicitações da Divisão de Limpeza e Higiene Pública (DLHP). O Município de Loulé não fica obrigado a contratar todas as intervenções previstas, no período de vigência do contrato. O Município de Loulé não fica obrigado a recorrer em regime de exclusividade absoluta à execução dos serviços contratados, a quem venha a ser adjudicado os serviços, embora o recurso a outros prestadores de serviços, só deva ocorrer em situações pontuais e residuais relativamente às suas necessidades, devido a circunstâncias imprevistas, ou quando não seja viável recorrer a este, em condições ou tempo útil;-----

QUINTA: O prestador de serviços obriga-se a cumprir o artigo 4 da parte I – Clausulas Gerais do caderno de encargos;-----

SEXTA: Compete à Edilidade o controlo e fiscalização dos serviços prestados. A Câmara Municipal de Loulé reserva-se no direito de controlar e fiscalizar os serviços nos termos que entender por conveniente. A Edilidade poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem como, das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários.-----

A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

3
[Handwritten signature]

SÉTIMA: As quantias devidas são pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. Para efeitos de pagamento, o prestador de serviços deverá apresentar mensalmente a fatura relativa aos serviços contínuos prestados no mês em causa, de acordo com os preços unitários apresentados, devidamente acompanhada do respetivo relatório de execução dos serviços. O pagamento dos serviços efetuados apenas será processado após a aprovação do respetivo relatório de execução de serviço pela DLHP, uma vez que se considera o serviço como executado apenas após o cumprimento desta formalidade;-----

OITAVA: O prestador de serviços será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à Edilidade e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito do contrato. O prestador de serviços fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à Edilidade ou a terceiros;-----

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. Não constituem força maior, o número 3 do artigo 11.º da parte I – Clausulas gerais do caderno de encargos. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

DÉCIMA: O prestador de serviços garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da edilidade.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

4
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

DÉCIMA PRIMEIRA: A Divisão de Limpeza e Higiene Pública tem implementado e certificado um Sistema de Gestão Integrado (SGI), cujo âmbito se aplica a todos os seus fornecedores e seus subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os requisitos constantes no ponto 4 da parte II – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, que aqui se dá como reproduzido;-----

DÉCIMA SEGUNDA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos previsto no artigo 10.º da parte I – clausulas gerais do caderno de encargos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

a) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo prestador de serviços.-----

b) Sempre que os trabalhos previstos não forem efetuados de acordo com a programação de execução dos serviços prevista, ou sempre que hajam outros desvios ao definido no caderno de encargos, o Adjudicatário fica obrigado a informar por escrito, no prazo de 24 horas a contar da data em que tome conhecimento do facto, a Divisão de Limpeza e Higiene Pública sob pena de ser responsabilizado por incumprimento contratual.-----

c) Nos termos da alínea i) do artigo 10 da parte I do caderno de encargos.-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

DÉCIMA QUARTA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----


CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

DÉCIMA QUINTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA SEXTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável. -----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Presidente de 30 de dezembro de 2016, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

O SEGUNDO OUTORGANTE,

ECOAMBIENTE
Consultores de Engenharia, Gestão
e Prestação de Serviços, S.A.
A Administração

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,